



REQUERIMENTO Nº DE CMMPV_1292/2025

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 151 do Regimento Comum do Congresso Nacional, e do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir a MPV 1292/2025, que “altera a Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, que trata sobre as operações de crédito consignado de empregados regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, de trabalhadores regidos pela Lei nº 5.889, de 8 de junho de 1973, e pela Lei Complementar nº 150, de 1º de junho de 2015, e de diretores não empregados com direito ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, para dispor sobre a operacionalização das operações de crédito consignado por meio de sistemas ou de plataformas digitais”.

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados:

- Representante da Aneps;
- Representante da Abbc - associação brasileira de bancos.

JUSTIFICAÇÃO

A Medida Provisória nº 1292/2025 representa um avanço relevante na democratização do acesso ao crédito, ao permitir que trabalhadores com carteira assinada (CLT) possam contratar empréstimos consignados com taxas de juros mais acessíveis e maior segurança jurídica.

Com a realização desta audiência pública, buscamos contribuir positivamente com o trabalho da Comissão Mista, promovendo um debate técnico, transparente e comprometido com o fortalecimento de políticas públicas que ampliem a inclusão financeira no país.





Câmara dos Deputados
Gabinete do Deputado Capitão Alberto Neto – PL/AM

Sala da Comissão, 20 de maio de 2025.

CAPITÃO ALBERTO NETO
Deputado Federal / PL-AM



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD254352976800>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Capitão Alberto Neto

